

SUMÁRIO

Apresentação	5
Prefácio	9
 CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO E SUA DICOTOMIA EM RE- LAÇÃO AO DIREITO PRIVADO	 23
1. Fundamentos históricos da dicotomia da Antiguidade ao Estado Moderno	23
2. O conceito de "Coisa Pública" e a proteção do interesse co- mum	25
3. A origem romana da "Coisa Pública"	25
4. O tratamento da Coisa Pública em Roma	26
5. O Mundo Antigo: Primazia da Religião	27
6. O Mundo Medieval: cristianismo e "Bem Comum"	27
7. O Mundo Moderno: o surgimento do "Interesse"	27
8. Nascimento do Estado e o Direito Público	28
9. Liberalismo e Republicanismo: duas grandes vertentes teó- ricas	29
9.1. Liberalismo	29
9.2. Republicanismo	29
10. O Direito Público para além do Estado Soberano	30
10.1. O exemplo europeu	31
10.2. Os desafios do Direito Público Internacional	31

11. A importância da dicotomia entre Direito Público e Privado no contexto brasileiro	32
12. Conclusão do capítulo	34

CAPÍTULO 2 – TEORIA GERAL DO DIREITO: INTRODUÇÃO ÀS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS

1. Introdução: a importância da Teoria Geral do Direito	37
2. O que é o Direito?	37
2.1. Várias acepções do termo "Direito"	37
3. A natureza das normas	40
3.1. Norma, abstração e padronização	40
3.2. Norma jurídica e imperativo autorizante	40
4. Estrutura lógica das normas jurídicas	41
4.1. Norma primária e norma secundária	41
4.2. Fato Jurídico, Relação Jurídica e Situações Jurídicas: função, sujeição e o vício de pressuposto metodológico	42
4.2.1. Fato jurídico como recorte da realidade	42
4.2.2. Relação jurídica e superação da visão estritamente privatista	43
4.2.3. Situações jurídicas: uma categoria mais ampla	44
4.2.4. O vício de pressuposto metodológico	45
4.2.5. Conclusão sobre Fato Jurídico e Relação Jurídica no Direito Público	45
5. Texto normativo <i>versus</i> norma jurídica	46
5.1. A distinção entre literalidade e norma	46
5.2. Normas literais e normas implícitas	47
6. Normas gerais, individuais, concretas ou abstratas	48
7. Interpretação, argumentação e limites: o desafio central	49
8. O Direito como sistema de normas fundamentais, estrutura e problemas essenciais	50

8.1.	O conceito de sistema de normas.....	51
8.2.	A unidade no sistema jurídico.....	51
8.3.	A coerência no sistema jurídico.....	52
8.3.1.	Critérios clássicos de resolução de antinô- mias	52
8.4.	A completude no sistema jurídico	52
8.4.1.	Lacunas e formas de integração.....	53
8.5.	A importância dos três problemas na prática jurídica.....	54
8.6.	Direito como sistema e Direito Público	55
9.	Conclusão do capítulo.....	56
CAPÍTULO 3 – ORIGENS DA VIDA EM SOCIEDADE E PODER POLÍTICO		59
1.	Considerações introdutórias.....	59
2.	A Teoria do Impulso Associativo Natural	59
2.1.	Bases filosóficas	59
2.2.	Conteúdo da Teoria do Impulso Associativo Natural	61
3.	Teoria Contratualista.....	61
3.1.	Bases filosóficas	61
3.2.	Thomas Hobbes: segurança e soberania absoluta.....	62
3.3.	Jean-Jacques Rousseau: vontade geral e liberdade civil.....	62
4.	A vida em sociedade e os grupos sociais	63
4.1.	Conceito de Poder	63
4.2.	Diferentes formas de poder e sua relação com dife- rentes grupos sociais.....	64
4.3.	Poder Político: conceito, elementos e soberania	66
4.4.	Elementos do conceito de Poder Político.....	67
4.4.1.	Uso exclusivo da força física.....	67
4.4.2.	Ausência de poder interno superior (supre- macia interna).....	67
4.4.3.	Ausência de poder externo superior (sobera- nia).....	68

4.5.	Legitimidade	68
4.6.	Estado–Poder e Estado–Sociedade	69
4.7.	Estado–Poder: o detentor do Poder Político	69
4.8.	Estado–Sociedade: o destinatário do Poder Político	70
4.9.	Relação entre o Poder Político e o Direito Público	70
5.	Conclusão do capítulo	72

CAPÍTULO 4 – FILOSOFIA POLÍTICA E DIREITO PÚBLICO: AS BASES PARA FORMAÇÃO DO ESTADO DE DIREITO

73

1.	Introdução: a relevância da antropologia para a filosofia política	73
2.	Montesquieu	74
2.1.	Antropologia de Montesquieu	74
2.2.	A Teoria da separação dos poderes	75
3.	Rousseau	77
3.1.	Antropologia de Rousseau	77
3.2.	O Contrato Social	79
3.2.1.	Soberania popular e princípio da legalidade	81
3.2.2.	Influência no Direito Público moderno	82
3.2.3.	Desdobramentos na formação do Estado de Direito	83
4.	Representatividade	84
5.	Conclusão do capítulo	85

CAPÍTULO 5 – DO ABSOLUTISMO AO ESTADO DE DIREITO

89

1.	O absolutismo e a concentração de poder	89
2.	A Revolução Americana (1776)	92
2.1.	Contexto histórico e antecedentes	92
2.2.	Declaração de Independência (1776) e fundamentação filosófica	93
2.3.	Os <i>Founding Fathers</i> e o desenvolvimento de um governo republicano	94

2.4.	A Constituição de 1787 e o sistema de <i>Checks and Balances</i>	95
2.5.	Os <i>Federalist Papers</i> : ideias e autores.....	96
2.6.	A <i>Bill of Rights</i> norte-americana e as liberdades individuais	97
2.7.	Significado e legado da Revolução Americana.....	97
3.	A Revolução Francesa e o surgimento do Direito Público.....	98
3.1.	Reflexos na concepção de Estado de Direito	99
4.	Conclusão do capítulo.....	100
CAPÍTULO 6 – O ESTADO DE DIREITO.....		103
1.	O surgimento de um novo paradigma.....	103
2.	Conceito de Estado de Direito	104
3.	Elementos do Estado de Direito	105
3.1.	Supremacia da Constituição no Estado de Direito	105
3.2.	A Constituição como norma jurídica fundamental.....	105
3.2.1.	A hermenêutica constitucional	108
3.2.2.	O debate: o Estado nasce da Constituição ou a Constituição nasce do Estado?	108
3.3.	Classificação das Constituições.....	110
3.4.	O Poder Constituinte.....	113
3.4.1.	Poder Constituinte Originário e Derivado	113
3.4.2.	Mutação Constitucional	116
3.4.3.	A importância dos limites formais e materiais do Poder Constituinte Derivado.....	117
3.5.	O Controle de Constitucionalidade.....	119
3.5.1.	Origem do Controle Judicial.....	119
3.6.	A Constituição Federal do Brasil de 1988	124
3.6.1.	Supremacia da Constituição e seus reflexos	124
3.6.2.	Classificação da Constituição brasileira de 1988	126
3.6.3.	O Controle de Constitucionalidade no Brasil	128

3.6.3.1.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).....	130
3.6.3.2.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	131
3.6.3.3.	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	132
3.6.4.	Modulação dos efeitos nas decisões de controle de constitucionalidade.....	133
4.	Separação de Poderes.....	137
4.1.	Freios e Contrapesos: limitação recíproca e independência dos Poderes	137
4.2.	CrITÉrio Subjetivo ou Orgânico para classificação das funções do Estado	138
4.3.	CrITÉrio Objetivo e as Dimensões Material e Formal.....	138
4.3.1.	CrITÉrio Objetivo Material ou Substancial	139
4.3.2.	CrITÉrio Objetivo Formal	141
4.3.2.1.	A insuficiência do critério subjetivo (orgânico).....	141
4.3.2.2.	A insuficiência do critério objetivo material (substancial).....	141
4.3.2.3.	A primazia do critério objetivo formal para a definição das funções estatais.....	142
4.3.3.	Função Legislativa	143
4.3.4.	Função Jurisdicional	145
4.3.5.	Função Administrativa	147
5.	Teoria das Funções Anômalas ou Excepcionais.....	148
6.	Superioridade da Lei	151
6.1.	A Lei como expressão da vontade geral	151
6.2.	A Crise da Lei: o Paradoxo Nazista e a Formulação Teórica de Robert Alexy e Ronald Dworkin.....	152
6.3.	O Limite de Tolerabilidade e a Contribuição de Alexy	153
6.4.	Princípios, <i>Hard Cases</i> e a "Resposta Correta" em Dworkin.....	154

6.5.	Kelsen e a Tensão entre Forma e Conteúdo.....	155
6.6.	Legado Contemporâneo	155
6.7.	A supremacia da lei resiste como elemento imprescindível ao Estado de Direito	156
7.	Garantia dos Direitos e Garantias Individuais.....	157
7.1.	Diferença entre direitos e garantias individuais e direitos e garantias fundamentais: delimitações conceituais.....	158
7.2.	Diferença entre direitos e garantias	159
7.3.	Direitos fundamentais de primeira, segunda e terceira geração.....	159
7.4.	Conclusão sobre as distinções	160
8.	Evolução histórico-doutrinária dos direitos e das garantias individuais.....	160
8.1.	Primeiros marcos: Declarações de direitos e constitucionalismo liberal	160
8.2.	Desenvolvimento no Brasil.....	161
9.	Conceito e estrutura dos direitos e das garantias individuais.....	161
9.1.	Direito subjetivo, liberdade e garantias processuais.....	161
9.2.	Dimensão negativa e positiva dos direitos individuais.....	162
9.3.	O Estado de Direito e os direitos e as garantias individuais.....	162
9.4.	Os direitos e as garantias individuais na Constituição Federal de 1988.....	163
9.5.	Instrumentos de garantia (remédios constitucionais).....	164
9.6.	Interpretação extensiva e vedação ao retrocesso	165
9.7.	Desafios contemporâneos	165
10.	Conclusão do capítulo.....	166
CAPÍTULO 7 – O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO		169
1.	Conceito de Estado Democrático de Direito e a incorporação de direitos políticos.....	169

1.1.	O reconhecimento gradual do sufrágio.....	170
2.	Garantias constitucionais dos direitos políticos	171
3.	Conteúdo dos direitos políticos.....	172
3.1.	A República como fundamento do Estado Democrá- tico de Direito	172
3.2.	A Representação e a Democracia no Estado Demo- crático de Direito	177
4.	O Estado Democrático de Direito na Constituição Brasileira.....	180
4.1.	O exercício indireto do poder pelo povo: a represen- tação	181
4.2.	O exercício direto do poder pelo povo: a democracia participativa.....	181
4.3.	Complementariedade e densidade democrática.....	183
5.	Liberdades que compõem o quadro de efetivação dos direitos políticos	184
6.	Marco decisivo para a consolidação do Estado Democrático de Direito	187
7.	Diferença entre Estado de Direito e Estado Democrático de Direito	188
8.	Exemplos de Estados de Direito que não são democráticos	189
9.	Há crise do Estado Democrático de Direito? – Proposta de reflexão.....	190
10.	Conclusão do capítulo.....	192
CAPÍTULO 8 – O ESTADO SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO		195
1.	Introdução.....	195
2.	Contextualização econômica, filosófica e histórica do Estado Social de Direito	198
2.1.	Léon Duguit – Serviço público e limitação jurídica do poder	199
2.1.1.	Contexto jurídico-sociológico	199
2.1.2.	Crítica à soberania e teoria objetiva do direito ...	200

2.1.3.	Arrêt Blanco e institucionalização do serviço público	200
2.1.4.	Influxo constitucional e projeção transnacional	201
2.2.	John Maynard Keynes – A construção econômica do Welfare State	202
2.2.1.	Contexto histórico-econômico	202
2.2.2.	A "revolução geral" de 1936 – as principais ideias keynesianas	202
2.2.3.	Contribuição ao Estado Social de Direito	203
2.3.	John Rawls – A fundamentação filosófica da justiça distributiva	204
2.3.1.	Contexto filosófico e político	204
2.3.2.	Estrutura conceitual de Rawls	204
2.3.3.	Justiça como equidade e políticas públicas	205
2.4.	Outras matrizes europeias e ibéricas do Estado Social de Direito	205
2.5.	Convergência intelectual para o Estado Social de Direito	209
2.6.	O Magistério Social da Igreja Católica e a consolidação do Estado Social de Direito	211
3.	Conceito de Estado Social e Democrático de Direito	212
4.	Princípios jurídicos estruturantes	213
4.1.	Princípio do solidarismo	214
4.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana	215
4.3.	Princípio da proibição do retrocesso social	215
4.4.	Princípio da sustentabilidade fiscal e intergeracional	216
4.5.	Princípio da subsidiariedade	216
4.6.	Precedentes constitucionais pioneiros: México 1917 e Weimar 1919	217
5.	O Estado Social de Direito na Constituição brasileira de 1988	218
5.1.	Fundamentos e valores orientadores	219
5.2.	Princípios do Estado Social insculpidos na Constituição Federal	219

5.2.1.	Princípio do solidarismo	219
5.2.2.	Princípio da dignidade da pessoa humana	220
5.2.3.	Princípio da proibição do retrocesso social	221
5.2.4.	Princípio da sustentabilidade fiscal e interge- racional	221
5.2.5.	Princípio da subsidiariedade	222
5.2.6.	Princípio da reserva do possível	223
6.	Objetivos fundamentais como mandatos de ação	225
6.1.	Bloco dos direitos sociais e detalhamento setorial	225
6.2.	Ordem econômica e função social	227
6.3.	Mecanismos de exigibilidade, controle e responsabi- lização	227
6.4.	Financiamento e sustentabilidade fiscal do projeto social	228
6.5.	Perspectivas de aprimoramento institucional	228
6.6.	Modelo Brasileiro	230
7.	Conclusão do capítulo	230
CAPÍTULO 9 – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DO DIREITO PÚBLICO: LEGITI- MIDADE, JUDICIALIZAÇÃO, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE		233
1.	Legitimidade democrática sob estresse: representação, plu- ralismo e tecnologias digitais	233
2.	Judicialização das políticas públicas: garantia de direitos e risco de governo dos juízes	235
3.	Tecnologia digital, inteligência artificial e expansão do hori- zonte dos direitos fundamentais	237
4.	Mudanças climáticas, pandemias e o princípio da sustenta- bilidade fiscal-ecológica	239
5.	Horizonte normativo do Direito Público na era digital e eco- lógica	240
Referências Bibliográficas		243